

Estado da publicação: O preprint não foi submetido para publicação

PANDEMIA, MATERNIDADE E CIÊNCIA: EXPERIÊNCIAS E
REFLEXÕES DE CIENTISTAS MÃES DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO PAMPA

Aline Teresinha Walczak, Fabiane Ferreira da Silva

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5076>

Submetido em: 2022-11-15

Postado em: 2022-11-17 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

PANDEMIA, MATERNIDADE E CIÊNCIA: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES DE CIENTISTAS MÃES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ALINE TERESINHA WALCZAK

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4240-0769>

alinewalczak@gmail.com

FABIANE FERREIRA DA SILVA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0608-4490>

fabianesilva@unipampa.edu.br

¹ Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

² Universidade Federal do Pampa. Uruguaiana, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

RESUMO: O contexto pandêmico, transformou a realidade social e as relações interpessoais, principalmente por meio das medidas de isolamento e distanciamento social, necessárias para a contenção do vírus. Com o trabalho remoto e a intensificação do convívio familiar, acentuaram-se as desigualdades de gênero relacionadas à divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega as mulheres diante da desigual responsabilização pelos cuidados com a vida privada. O presente artigo, de natureza qualitativa exploratória, objetiva, a partir do uso de questionários, investigar e discutir de que forma a pandemia tem afetado a carreira das cientistas mães, docentes da Universidade Federal do Pampa. Percebemos, por meio da pesquisa, que a pandemia impactou de alguma forma a carreira das participantes, a partir da falta de tempo para o cumprimento das atividades profissionais, domésticas e de cuidado com as(os) filhas(os), intensificando, assim, a sobrecarga de trabalho e os impactos na saúde mental de algumas das participantes do estudo.

Palavras-chave: Pandemia, Ciência, Mulheres, Maternidade

PANDEMIC, MATERNITY AND SCIENCE: EXPERIENCES AND REFLECTIONS OF MOTHER SCIENTISTS AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF THE PAMPA

ABSTRACT: The pandemic context has transformed the social reality and interpersonal relationships, mainly through the measures of isolation and social distancing, necessary for the containment of the virus. With the remote work and the intensification of family life, the gender inequalities related to the sexual division of labor have been accentuated, which over-loads women due to the unequal responsibility for the care of private life. The present article, of an exploratory qualitative nature, aims, through the use of questionnaires, to investigate and discuss how the pandemic has affected the careers of scientist mothers, professors at the Federal University of the Pampa. We noticed, through the research, that the pandemic has impacted in some way the careers of the participants, starting with the lack of time for the fulfillment of professional activities, domestic and childcare, thus intensifying the work overload and the impacts on the mental health of some of the participants of the study.

Keywords: Pandemic, Science, Women, Maternity

PANDEMIA, MATERNIDAD Y CIENCIA: EXPERIENCIAS Y REFLEXIONES DE MADRES CIENTÍFICAS DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE LA PAMPA

RESUMEN: El contexto pandémico ha transformado la realidad social y las relaciones interpersonales, principalmente a través de las medidas de aislamiento y distanciamiento social, necesarias para la contención del virus. Con el trabajo a distancia y la intensificación de la vida familiar se han acentuado las desigualdades de género relacionadas con la división sexual del trabajo, lo que sobrecarga a las mujeres por la desigual responsabilidad en el cuidado de la vida privada. El presente artículo, de carácter exploratorio cualitativo, tiene como objetivo, mediante el uso de cuestionarios, investigar y discutir cómo la pandemia ha afectado la carrera de madres científicas, profesoras de la Universidad Federal de la Pampa. Notamos, a través de la investigación, que la pandemia ha impactado de alguna manera la carrera de los participantes, comenzando por la falta de tiempo para el cumplimiento de las actividades profesionales, domésticas y de cuidado infantil, intensificando así la sobrecarga laboral y los impactos en la salud mental de algunos de los participantes del estudio.

Palabras clave: Pandemia, Ciencias, Mujeres, Maternidad

INTRODUÇÃO

As consequências da infecção ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2, agente causador da COVID-19, que deu seus primeiros sinais no final do ano de 2019 e alastrou-se pelo mundo inteiro no ano de 2020, vêm marcando a história mundial pelos desafios e transformações que ocasionou. A Organização Mundial da Saúde declarou, em março de 2020, a doença como pandemia, sendo que, diante desse contexto, percebemos, por exemplo, o agravamento de problemas como a pobreza e as falhas nos sistemas da saúde, bem como a acentuação das desigualdades sociais e o sucateamento da ciência em diversos países, marcada pela falta de investimentos (WOLFF et al., 2020). Sem um tratamento efetivo e vacinação disponível em massa para a população, medidas como o isolamento social, o uso de máscaras e a importância da higienização das mãos e objetos, foram necessárias como forma de conter o vírus, modificando drasticamente a dinâmica social e as relações dos sujeitos em seu interior (MALTA, 2020).

Com o isolamento social sendo uma das medidas necessárias para conter a propagação do vírus, o trabalho e o ensino remoto, em todas as modalidades, apresentaram-se como alternativas em meio a realidade pandêmica para que as atividades cotidianas seguissem seu fluxo “normal” na medida do possível. Como resultado desse cenário, destacamos, por exemplo, o aprofundamento das desigualdades de gênero relacionadas à divisão sexual do trabalho, pois, as atividades, que antes eram realizadas fora do ambiente doméstico, passaram a ser obrigatoriamente realizadas dentro de casa, gerando uma sobrecarga principalmente às mulheres. Entretanto, conforme destaca Oliveira (2020), a pandemia não foi o elemento fundador da problemática em questão, na qual ela apenas acentua e escancara os desafios impostos a muitas mulheres mães, que são sobrecarregadas em duplas ou triplas jornadas de trabalho.

As concepções sociais sobre a divisão sexual do trabalho, construídas histórica e culturalmente, por muito tempo, delimitaram os espaços das mulheres, impondo-lhes restrições tanto com relação à educação, que até o século XX era voltada para os cuidados do lar e das(os) filhas(os)¹, quanto no mercado de trabalho. Na ciência, aliados aos discursos e práticas sociais relacionados à divisão sexual do trabalho, o sexismo e o androcentrismo científico também trouxeram consequências significativas às mulheres ao longo da história, sendo que ainda atualmente, elas encontram dificuldades em se estabelecer no espaço científico de forma equiparada (BARROS; SILVA, 2019). Assim, com a ciência formulada e organizada historicamente a partir de preceitos e valores masculinos de carreira, ela

¹ A flexão de gênero neste texto segue uma perspectiva epistemológica crítica feminista com a finalidade de conferir visibilidade às mulheres nas produções científicas.

desconsidera as especificidades das mulheres, como, por exemplo, a vivência da maternidade, que, por pelo menos um determinado período de tempo, exige dedicação física, mental e temporal exclusiva.

Com a pandemia e a necessidade do isolamento social, grande parte das atividades científicas, como orientações, escrita de artigos, preparo e ministração de aulas, passaram a ser realizadas de forma remota, misturando-se com as atividades domésticas. Assim, a realidade do trabalho remoto, embora seja uma novidade e um desafio para todas(os), causa um desgaste maior às pesquisadoras mães, na perspectiva de que as mulheres, em sua grande maioria, ainda assumem a responsabilidade e a maior parte das tarefas domésticas e de cuidado (WOLFF et al., 2020). Vale reforçar que a desigual responsabilização pelo trabalho na vida privada, embora acentuada na pandemia, é uma problemática histórica, em que muitas mulheres “cumpram mais de uma jornada, que se estende do trabalho formal às atividades domésticas, com cuidados de casa e filhas(os). Desse modo, a mulher acaba por acumular funções desempenhadas na esfera pública e privada.” (DYNIEWICZ; RIBEIRO, 2020, p. 5)

Pesquisas como a desenvolvida pelo projeto Parent in Science², que problematiza a sobrecarga feminina na conciliação da maternidade com a carreira científica já vinham demonstrando que a maternidade impacta a produção das cientistas mães. Além disso, podemos perceber que, nos últimos anos, a temática maternidade e carreira científica está cada vez mais presente nas agendas das universidades, a partir de eventos, grupos de trabalhos, pesquisas, que sinalizam e debatem sobre a relação maternidade e carreira científica. Desse modo, o presente artigo tem como objetivo investigar e discutir de que forma a pandemia tem afetado a carreira das cientistas mães docentes da Universidade Federal do Pampa³ (Unipampa), refletindo sobre algumas inquietações e problemáticas relacionadas à tríade mulher-mãe-cientista, como divisão sexual do trabalho, a maternidade e o androcentrismo científico, que resultam na sobrecarga física e mental das mulheres.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente artigo refere-se a uma pesquisa de natureza qualitativa exploratória (GIL, 2002), ancorada nos Estudos Culturais e Estudos de Gênero, na perspectiva pós-estruturalista⁴. Segundo Bujes (2007), a pesquisa nasce na inquietação, constitui-se a partir de uma questão pela qual, muitas vezes, já temos as respostas, mas estas não nos satisfazem mais, ocasionando desconfortos, preocupações e reflexões na nossa trajetória. Dessa forma, pesquisar sobre maternidade e ciência surge de um desconforto sobre as conjunturas de desigualdade de gênero, presente tanto na sociedade quanto na ciência. Ademais, no atual contexto pandêmico, torna-se necessário munir-se de novas estratégias de pesquisa, que correspondam, dentro das limitações e possibilidades, investigar a problemática de forma pertinente. Nessa perspectiva, a presente pesquisa, que teve aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Unipampa, foi realizada com a utilização de questionário on-line como estratégia de produção de dados.

Segundo Gil (2002), o uso de ferramentas, como os questionários em pesquisas exploratórias, possibilita estudar características de um grupo (gênero, idade, nível de escolaridade etc.), bem como levantar informações, crenças e opiniões dele. Assim, objetivamos, por meio do questionário, traçar um perfil inicial das docentes da Universidade Federal do Pampa, bem como investigar de que forma a pandemia impactou a carreira das cientistas mães docentes, analisando como essas pesquisadoras conciliam o ensino remoto e as demais demandas da carreira científica com a maternidade. É importante

² Outras informações estão disponíveis em: <https://www.parentinscience.com/>

³ Tem sua estrutura descentralizada e multicampi, nas cidades de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaquí, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana, somando um total de 10 campi. Atualmente, a universidade conta com 69 cursos de graduação (4 em extinção), 4 doutorado, 10 mestrados acadêmicos, 8 mestrados profissionais e 35 especializações, e um total de 923 docentes distribuídos nos 10 campi da universidade, sendo destes, 440 mulheres. Informações retiradas do site da universidade (<https://unipampa.edu.br/portal/#>).

⁴ Os estudos culturais, que investigam as relações entre cultura e sociedade, ancorados na perspectiva pós-estruturalista, buscam questionar, problematizar e criticar discursos, conceitos, práticas e relações sociais e culturais, antes reconhecidas como únicas e irrefutáveis verdades, fazendo sua ressignificação (LOURO, 2000).

salientar que a presente pesquisa teve aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa – CEP, da Universidade Federal do Pampa, sob o número CAAE: 32895720.0.0000.5323.

As perguntas que fizeram parte do questionário e que terão seus dados discutidos no presente artigo, primeiramente, objetivaram traçar um perfil das docentes da Uni-pampa, abrangendo questões como a cor ou raça (segundo o IBGE); a idade; o nível de formação (especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado); se atuam na pós-graduação; se são bolsistas produtividade e líderes de pesquisa, bem como a área de atuação de cada uma. Além disso, o questionário abrangeu questões ligadas à ciência, à carreira científica e à maternidade, tendo uma seção exclusiva pertinente à conciliação da carreira científica e a maternidade em contexto pandêmico.

O questionário utilizado na pesquisa foi formulado utilizando a ferramenta Google Forms e, posteriormente, enviado na forma de link para o e-mail institucional de cada docente, que estão disponíveis no site da Unipampa. No corpo do e-mail, foi enviada uma breve apresentação sobre a pesquisa, bem como seu objetivo e o link de acesso ao questionário. É importante destacar que, antes de cada docente ter acesso às perguntas do questionário, elas tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no formato digital, no qual constava, após a descrição de todas as informações e esclarecimentos pertinentes à pesquisa, a opção de a participante convidada aceitar ou recusar participar do estudo. Assim, o questionário foi enviado para 440 docentes, que representa o número total de docentes mulheres nos 10 campi da Unipampa, ficando aberto durante o mês de outubro de 2020, ou seja, por um período de 31 dias, obtendo 89 retornos de docentes.

Conforme as interlocutoras foram respondendo e finalizando o envio dos questionários, os dados foram sendo recebidos e armazenados no Google Forms, que posteriormente, após o período de coleta, foi possível gerar uma planilha com dados de cada interlocutora, juntamente com um número de identificação para cada questionário. Dessa forma, no presente artigo, as respostas das participantes serão identificadas pela letra P (participante), seguido do número de identificação do questionário da participante, juntamente com a idade, a área de atuação e o número de filhas(os). Assim sendo, a descrição nos fragmentos textuais assumiu o seguinte formato de identificação conforme o exemplo a seguir: (P2; 50 anos; Ciências Biológicas; 01 filha/o).

MULHERES CIENTISTAS: (DES)CAMINHOS PERCORRIDOS EM UMA CIÊNCIA ANDROCÊNTRICA

Durante parte da história humana, em consequência da divisão dos espaços públicos e privados como pertencentes aos homens e mulheres, respectivamente, as mulheres foram impedidas de frequentar os espaços educacionais, bem como trabalhar fora do ambiente doméstico, recebendo uma educação restrita aos cuidados da casa, das(os) filhas(os) e do marido (BIROLI, 2018). Entretanto, embora esse cenário de restrições aos espaços de ensino tenha se feito presente para grande parte das mulheres ao longo da história, é importante destacar que muitas mulheres fizeram parte da construção do conhecimento científico, mesmo que, muitas vezes, de forma restritiva e anônima (SILVA, 2012). Essa presença formulava-se por meio de leituras e pesquisas feitas às escondidas, juntamente com seus pais, irmãos e maridos cientistas, bem como, com saberes e práticas que não eram consideradas científicas, como, por exemplo, o trabalho como parteiras, bem como o conhecimento sobre plantas e agricultura (SCHIEBINGER, 2001).

As consequências relacionadas às restrições impostas historicamente às mulheres na participação da produção do conhecimento, ainda podem ser percebidas atualmente. Conforme argumenta Olinto (2011, p. 69), ainda é reproduzida uma série de discursos que produzem valores e crenças que “formam estereótipos sobre as habilidades diferenciadas entre homens e mulheres e influenciam as escolhas que as mulheres fazem cedo em sua existência, estabelecendo barreiras que limitam suas chances de vida”. As representações de gênero, produzidas e reproduzidas por meio de discursos, impõe, no imaginário social, um ideal pertinente ao o que é ser mulher, mãe e como vivenciar a maternidade, acarretando nas mulheres, sentimentos de precisar dar conta de tudo, sendo uma mãe e esposa amorosa, cuidadosa e atenciosa, bem como uma profissional competente, prestativa e bem sucedida.

Segundo Meyer (2005), na década de 1960, o movimento feminista passou a criticar os discursos e práticas sociais que reproduziam as representações de gênero, e com isso, delimitavam os espaços das mulheres na participação do conhecimento, além de problematizar questões relacionadas à divisão sexual do trabalho, à romantização da maternidade e ao androcentrismo científico. Com a crítica feminista à ciência, iniciada a partir da segunda onda do movimento, o androcentrismo científico e o determinismo biológico, que deslegitimavam as mulheres da ciência, passaram a ser problematizados, buscando desconstruir a visão de que apenas os homens produzem o conhecimento e que o espaço de atuação da mulher restringe-se à esfera doméstica. Assim, é relevante salientar que o feminismo teve peso importante em diversas conquistas relacionadas aos direitos das mulheres, especialmente com relação à participação mais ativa delas na ciência.

Dessa forma, as mulheres construíram e continuam construindo, por meio resistências e lutas, movimentos de mudança com relação à quebra de barreiras impostas sobre elas historicamente, o que reflete na presença cada vez maior de mulheres no ensino superior e na ciência (BARROS; MOURÃO, 2020). Segundo dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2018a), as mulheres representam 57,2% nos cursos de graduação do país, sendo a maioria também nos cursos de pós-graduação, com um número aproximadamente 19% maior que os homens. Entretanto, estão em número menor que os homens na docência de nível superior, representando 45% do corpo docente, realidade totalmente diferente quando comparada com as(os) docentes da educação básica, na qual as mulheres representam 80% das(os) professoras(es), segundo o último censo escolar de 2017 (BRASIL, 2018a).

Com relação ao perfil das docentes participantes da pesquisa, 94% se autodeclararam brancas; 5%, pardas e 1%, pretas. Para essa discussão, torna-se importante destacar os micro dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL, 2017b), que demonstram que apenas 16% do total de professoras(es) do ensino superior se autodeclararam negras(os) e os dados de Soares e Silva (2019), que identificaram em sua pesquisa sobre raça e gênero na Unipampa, que apenas 5,4% do total de docentes mulheres são professoras negras e 4,6% do total de docentes homens são professores negros. Esses dados levam-nos a refletir sobre a desigualdade racial presente no quadro docente do ensino superior, sendo que, interseccionando raça e gênero, fica evidente a baixa representatividade de mulheres negras na docência do ensino superior em geral e de modo especial na Unipampa, universo de pesquisa deste estudo. Essa realidade desigual, é reflexo do racismo estrutural⁵ presente na sociedade brasileira, bem como da resistência da ciência em romper com as desigualdades provenientes desse racismo (SOARES; SILVA, 2019).

Nessa perspectiva, podemos dizer que o cenário desigual existente no contexto social, reflete-se também no contexto educacional e científico. Assim sendo, a participação das mulheres na ciência tem aumentado nos últimos anos, entretanto, esse aumento claramente tem cor e acontece majoritariamente em nível de graduação, diminuindo na medida em que se avança na carreira (BENEDITO, 2019), pois, mesmo sendo a maioria nos cursos de pós-graduação, são os homens que estão em maior número na docência do ensino superior. Além disso, as mulheres vêm ocupando cada vez mais espaço nas universidades, entretanto, estão em menor número nos cargos de maior prestígio e poder, sendo esse fenômeno conhecido como “efeito tesoura”, que é, segundo Benedito (2019, p. 8), o “termo utilizado para mostrar como as mulheres vão sendo expulsas da ciência ao longo de suas carreiras, impedindo que elas ocupem posições de liderança”.

Assim compreendido, o efeito tesoura faz menção à diminuição do número de mulheres na medida em que a carreira científica avança, ocorrendo devido às dificuldades que se apresentam para elas ao longo do percurso de ascensão aos níveis mais elevados da profissão. Fazendo referência às barreiras que dificultam ou impedem a ascensão das mulheres em níveis mais altos da carreira, é utilizado o termo “teto de vidro”, que faz a “analogia a algo sutil que facilmente pode se tornar invisível, mas cuja presença é capaz de produzir efeitos de modo a dificultar ou impedir que as mulheres alcancem cargos de maior prestígio nas organizações e na ciência” (BARROS; SILVA, 2019, p. 71). A partir desse conceito, ressaltamos que, mesmo com as mulheres ocupando os espaços científicos de forma mais equitativa

⁵ Entendemos o conceito segundo Almeida (2018, p. 51), ao dizer que o racismo atua “como processo histórico e político, cria as condições sociais para que direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática”.

quantitativamente, os cargos de maior ascensão vão estar ocupados majoritariamente por homens (SILVA; RIBEIRO, 2014).

No que diz respeito a idade, a maior parte das entrevistadas tem idade entre 35 e 45 anos (53%), seguido de 25 e 35 anos (22%), 45 e 55 anos (17%) e 55 anos ou mais (8%). Com relação a carreira dessas mulheres, 10,6% das participantes possuem mestrado, 76,5% possuem doutorado e 12,9% possuem pós-doutorado, sendo que 46,5% atuam na pós-graduação e 53,5% não atuam. Sobre a atuação das mulheres a pós-graduação no Brasil, segundo dados oficiais da Capes (2017), as mulheres ainda estão em número menor do total de docentes (42%). Ainda, com relação a carreira das participantes, 63,5% não são líderes de grupos de pesquisas, e apenas 3,5% das participantes possuem bolsa de produtividade, contra uma esmagadora porcentagem 96,5% que não possui. Segundo dados do CNPq, 20 professoras(es) da Unipampa são bolsistas produtividade, desse total 13 são homens e 07 são mulheres⁶, dados estes que podem estar relacionados com o fato da Unipampa ser uma universidade ainda relativamente nova.

Contudo, de acordo com os dados de Barros e Mourão (2020) sobre a distribuição e a produção científica de docentes brasileiras(os) com atuação stricto sensu, os homens predominam em números quantitativos como bolsistas produtividade, chegando em porcentagem total de 63%, contra o número de 37% das mulheres bolsistas. Ainda, a partir do estudo, as autoras constataram que, além dos homens predominarem quantitativamente como bolsistas em todos os níveis, essa diferença acentua-se conforme aumenta o nível de bolsa, em que apenas 23% das mulheres estão no nível mais alto da bolsa (bolsista PQ 1A). Sobre isso, Barros e Silva (2019, p. 73) argumentam que “a ascensão do percentual de mulheres que se titulam em cursos de doutorado não tem sido suficiente para promover uma maior igualdade de gênero na carreira científica”, o que é perceptível a partir do baixo número de mulheres atuantes na pós-graduação como docentes, líderes de grupos de pesquisas e bolsistas produtividade.

Buscando explicações para essa disparidade no número de mulheres bolsistas produtividade, Barros e Silva (2019) destacam que uma das possibilidades para tal resultado se configura na histórica exclusão das mulheres na produção científica, ou ainda na idade que a pessoa torna-se pesquisadora(or) e que obtém sua primeira bolsa de produtividade, na perspectiva de que quanto mais jovem a entrada na carreira científica, mais rápida seria a chegada ao topo da carreira. De acordo com Prado e Fleith (2012), a fase dos 25 aos 35 anos é, em média, o período em que grande parte das(os) cientistas iniciam e estabelecem-se na carreira científica, principalmente por meio de alta produtividade, sendo conflitante com o tempo ideal, do ponto de vista do discurso biológico, para as mulheres experienciarem a maternidade. Assim, Barros e Silva (2019, p. 78) argumentam que:

[...] as mulheres gastam mais tempo com assuntos relacionados à maternidade antes de investirem na carreira [...]. A análise conjunta deste resultado com a evidência de que as mulheres se titulam doutoras com maior média de idade, bem como ingressam no sistema de bolsa produtividade do CNPq também com média de idade maior que seus colegas, nos permite inferir sobre a persistência da influência do gênero no meio científico, afinal, as bolsistas produtividade parecem adiar, não só sua formação, mas também diminuir o ritmo de produção durante o período reprodutivo.

Na medida em que proliferam as discussões e investigações relacionadas às presenças e ausências das mulheres na ciência, também percebemos o aumento de investigações que buscam explicar porque fenômenos como o efeito tesoura e o teto de vidro ocorrem nas carreiras das mulheres. A problemática da divisão sexual do trabalho é destaque nesses estudos, em que a responsabilização desigual dos afazeres domésticos e/ou dos cuidados com filhas(os), pessoas doentes e idosos, impacta de forma negativa a carreira das mulheres (BARROS; SILVA, 2019; PRADO; FLEITH, 2012; BARROS; MOURÃO, 2020). Além disso, a ciência sendo formulada por meio de um modelo masculino de produzir o conhecimento, bem como o assédio sexual e moral, o machismo e os discursos de maternidade e as representações de gênero, que delimitam normativas nas quais as mulheres precisam corresponder sobre o que é ser uma boa mãe, esposa e cientista, sobrecarregam as mulheres na medida em que as coloca diante de duplas ou triplas jornadas de trabalho (SCHIEBINGER, 2001).

⁶ Informações retiradas do site do CNPq (<https://painel-lattes.cnpq.br/#/pages/dashboard>).

Buscando discutir as discrepâncias de gênero na carreira científica, as pesquisadoras Prado e Fleith (2012) apontaram, a partir de uma investigação sobre a distribuição de bolsas de pesquisa e revisão de literatura, algumas práticas sociais que naturalizam as desigualdades de gênero na ciência. Dentre essas práticas, as autoras destacam o conflito entre carreira e família, no qual as mulheres vivenciam a dificuldade em conciliar os múltiplos papéis atribuídos a elas, especialmente as demandas da carreira com as responsabilidades familiares. Ainda as autoras indicaram as representações de gênero na ciência, que descaracterizam as mulheres no contexto científico, bem como a ciência formulada em torno de valores androcêntricos, no qual o machismo e o assédio são normalizados, impactando tanto no desempenho quanto na qualidade do trabalho das mulheres, sendo práticas que acentuam e naturalizam as desigualdades de gênero na ciência.

De acordo com Schiebinger (2001), o acesso à ciência por muito tempo foi limitado apenas aos homens e, assim, restrito às mulheres, segundo preceitos de que elas tinham determinadas características e valores naturais que não condiziam com as condições necessárias para a construção do conhecimento científico. Em contrapartida, os discursos de que os homens possuíam capacidades racionais, objetivas e cognitivas mais desenvolvidas que as mulheres reforçavam que a ciência era espaço naturalmente masculino. Como consequência desses discursos, além de um longo período de restrição, invisibilização e exclusão das contribuições das mulheres na produção do conhecimento, também houve, e ainda persiste na contemporaneidade, a diferenciação de áreas que seriam “naturalmente” femininas e masculinas (SILVA; RIBEIRO, 2014).

As consequências desses pressupostos ainda podem ser observadas e sentidas na contemporaneidade, mesmo após diversos questionamentos e movimentos de resistência realizados ao longo da história por mulheres que buscavam e ainda buscam uma ciência mais igualitária. O movimento político realizado pelas feministas na chamada segunda onda do feminismo, que buscou denunciar e modificar as condições de desigualdades das mulheres, enfatizando que as distinções baseadas no sexo tinham caráter fundamentalmente social (SCOTT, 1995), foi crucial para as mudanças das mulheres no ambiente científico. Essas reivindicações abriram margem à crítica feminista à ciência, objetivando elucidar como a ciência não é nem nunca foi neutra com relação ao gênero e raça (SCHIEBINGER, 2001).

Segundo Soares e Silva (2019), é possível observar uma certa polarização no quadro docente geral da Unipampa com relação à participação de homens e mulheres em determinadas áreas. Assim, as maiores taxas de participação dos homens estão presentes nas áreas ditas masculinas, como Engenharias, seguida das Ciências Exatas, Ciências Jurídicas e Econômicas, enquanto as maiores taxas de participação das mulheres estão nas áreas ditas femininas, como a Ciências Humanas, as Sociais e Aplicadas e as da Saúde. Com relação à área de atuação das participantes da pesquisa, o maior número de docentes faz parte da área de Ciências Biológicas (26,7%), seguido de Ciências Sociais Aplicadas (17,4%), Ciências da Saúde (15,1%), Ciências Humanas (14%), Ciências Exatas e da Terra (14%), Ciências Agrárias (11,6%) e, por fim, o em menor número, Engenharias (7%).

Com esses dados, podemos dizer que apesar dos avanços relacionados à maior participação das mulheres na ciência em nível de graduação e pós-graduação, elas ainda estão sub-representação em áreas tradicionalmente ditas como sendo masculinas, como as engenharias e ciências exatas (BENEDITO, 2019; BARROS; MOURÃO, 2020). Com relação a essa sub-representação, Grossi et al. (2016, p. 18) assinalam que:

O afastamento das meninas nas carreiras científicas ditas como duras pode estar associado à edificação social do gênero. O que os homens devem ser e saber fazer socialmente foi construído histórica e socialmente de forma dicotômica. Às mulheres, na mesma medida, foram associadas características como delicadeza, zelo, afetividade [...]. Tratam-se, pois, de características historicamente dadas como opostas às masculinas, marcadas pelo senso de disputa, racionalidade, objetividade e força. Enfim, características essas que excluem e estigmatizam a mulher no cenário científico.

Aprendemos o processo de diferenciação de capacidades, características e valores de homens e mulheres a partir da socialização cultural, por meio de discursos e práticas que impõem valores, crenças e expectativas de acordo com o gênero dos sujeitos, delimitando espaços e produzindo condições de vida

para homens e mulheres (OLIN-TO, 2011). Essa realidade reflete-se no contexto científico, que, por muito tempo, restringiu a participação das mulheres, sob a justificativa de que estas pertenciam à esfera privada da sociedade, no exercício da maternidade e dos cuidados domésticos. A conscientização que essas representações de gênero são socialmente construídas é um dos mecanismos em direção à eliminação das barreiras enfrentadas pelas mulheres na ciência, que não é neutra com relação às desigualdades de gênero. Torna-se importante, assim, considerar e problematizar que

[...] os valores e as características socialmente atribuídos às mulheres são desvalorizados na produção do conhecimento e que desigualdades de gênero perpassam o campo científico, por exemplo, no que se refere à sub-representação feminina em determinadas áreas da ciência, a ocupação de cargos de direção e o recebimento de bolsas PQ do CNPq, entre outros aspectos (SILVA; RIBEIRO, 2014, p. 464)

Ainda destacamos a necessidade e importância de serem divulgadas e visibilizadas as contribuições das mulheres em diferentes áreas da ciência, especialmente nas áreas das carreiras científicas ditas como duras, como tecnologia, engenharias e matemática. Programas como “Elas nas exatas”⁷, “Meninas nas Ciências”⁸ e o projeto “Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação”⁹ são de significativa importância e diferencial na desconstrução dos entendimentos sociais pertinentes ao não pertencimento das mulheres nas ciências, principalmente em áreas como as exatas, precisando ainda de maiores incentivos e iniciativas de apoio, visando aproximar as “meninas” das ciências. Além disso, as discussões e problematizações pertinentes à participação das mulheres na ciência devem abranger tanto a falta de representatividade delas em determinadas áreas científicas, quanto também as problemáticas de ascensão na carreira, as barreiras impostas pela discriminação de gênero e a divisão sexual do trabalho, que impõem, de forma desigual, a necessidade de as mulheres conciliarem a carreira com as responsabilidades familiares (SILVA; RIBEIRO, 2014).

RELAÇÃO ENTRE PANDEMIA, MATERNIDADE E CIÊNCIA NA PERS-PECTIVA DAS DOCENTES

Conforme já anunciamos neste texto a pandemia, ocasionada pelo vírus Sars-CoV-2, que transformou a sociedade e as relações entre os sujeitos, aprofundou também problemáticas referentes às desigualdades de gênero tanto na conjuntura científica, quanto na conjuntura social. A sobrecarga de trabalho imposta às mulheres foi acentuada no isolamento social, pois, confinadas no ambiente doméstico, elas viram-se diante da necessidade de conciliar, em grande parte das vezes, sozinhas, o trabalho remoto com as demandas da maternidade e as demais atividades domésticas (OLIVEIRA, 2020). Essa nova realidade possibilita o aprofundamento de discussões e reflexões sobre problemáticas históricas, como a divisão sexual do trabalho e o androcentrismo científico, ambas questões que podem constituir-se como barreiras nas carreiras das mulheres, na perspectiva que a entrada das mulheres na ciência e no mercado de trabalho não as desobriga das responsabilidades com o trabalho privado (SILVA, 2012).

Segundo dados do IBGE (2021), disponibilizados na 2ª edição do relatório Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil, as mulheres dedicaram-se praticamente em proporção dobrada mais que os homens a trabalhos não remunerados (21,4 horas semanais contra 11,0 horas), sendo possível observar que as mulheres pretas ou pardas estavam ainda mais envolvidas nesses afazeres que as mulheres brancas. Ainda segundo os dados do mesmo relatório, o maior envolvimento das mulheres no trabalho não remunerado (cuidados de pessoas e afazeres domésticos) contribui para explicar a menor

⁷ Para saber mais sobre o Programa “Elas nas exatas”, acesse o site: <http://www.fundosocialelas.org/elasnasexatas/elas-nas-exatas>

⁸ Para mais informações sobre o Programa “Meninas na Ciências”, acesse o site: <https://www.ufrgs.br/meninasnaciencia/>

⁹ Para saber mais sobre o projeto “Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação” acesse o edital: http://www.fap.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Chamada_31_2018.pdf

participação no mercado de trabalho, na perspectiva de que, em 2019, a taxa de participação¹⁰ das mulheres foi de 54,5%, enquanto entre os homens essa medida chegou a 73,7%, somando uma diferença de 19,2 pontos percentuais.

Dessa forma, conforme consta no próprio relatório, observamos que o maior envolvimento das mulheres em atividades de cuidados e/ou afazeres domésticos com relação aos homens, “tende a impactar na forma de inserção delas no mercado de trabalho, que é marcada pela necessidade de conciliação da dupla jornada entre trabalho remunerado e não-remunerado” (IBGE, 2021, p. 4). Além de todos esses fatores, as mulheres que se encontram no mercado de trabalho receberam, em média, 77,7% do montante auferido pelos homens, sendo que essa desigualdade atinge proporções maiores nas funções e nos cargos que asseguram os maiores ganhos. A partir desses dados, corroboramos com Muñoz et al. (2020, p. 38-39) quando destacam que

[...] embora mudanças significativas e avanços tenham ocorrido nos últimos anos, no que tange a inserção das mulheres no mercado de trabalho e de conquista de espaço na esfera pública, as mulheres ainda continuam a assumir a função social de principal responsável pelo cuidado da prole, dos idosos, dos doentes e das crianças com necessidades de cuidados especiais. Esse fato lança as mulheres à uma sobrecarga de trabalho, ou seja, conquistaram o mercado de trabalho formal e continuaram a executar o trabalho silencioso e invisível que é o trabalho doméstico, acumulando assim dupla ou tripla jornada de trabalho

No cenário pandêmico, as discussões relacionadas à importância da ciência aprofundaram-se. Desse modo, os olhos do mundo inteiro acompanharam os processos científicos em busca de respostas para a prevenção e o tratamento da Covid-19. Esse cenário de destaque dado à ciência abre margem para discussões e reflexões importantes, como o androcentrismo científico e as desigualdades de gênero, temas que já vêm sendo “denunciados” e discutidos na academia desde o século XX, por meio da crítica feminista à ciência (SILVA, 2008), mas que ainda são pertinentes no contexto contemporâneo. Falar sobre ciência e o androcentrismo científico significa falar sobre os pressupostos que alicerçaram o conhecimento científico ao longo da história, que, como consequência, excluíram e invisibilizaram as mulheres de seu contexto.

A deslegitimação das mulheres na ciência teve, historicamente, seu alicerce na estrutura patriarcal e sexista da sociedade, que diferenciava as habilidades, capacidades e responsabilidades de homens e mulheres segundo o chamado “determinismo biológico” (LOURO, 2000). Dessa forma, os papéis sociais e familiares de homens e mulheres foram formulados a partir das suas características sexuais (BIROLI, 2018), reconhecendo características como “mente, razão e objetividade como ‘masculinas’, e coração (e corpo), sentimento e subjetividade como ‘femininos’” (KELLER, 2006, p. 15). Havendo diferenças nas supostas obrigações sociais e familiares de cada sujeito, há também uma diferenciação no tratamento educacional deles. Assim, historicamente, as mulheres foram ensinadas a dedicarem-se à administração do lar, ao cuidado com as(os) filhas(os) enquanto os homens eram estimulados ao ensino mais formal e científico (BIROLI, 2018).

Com a ocupação mais expressiva das mulheres nos sistemas educacionais e, em especial, na ciência, começaram a ser evidenciados e denunciados, a partir da crítica feminista à ciência, os preconceitos e machismos que marcam suas carreiras diante de uma sociedade que insiste em delegar um lugar específico às mulheres e de uma ciência que insiste em deslegitimá-las de seu meio. Dessa forma, a crítica feminista buscou denunciar o androcentrismo científico, que produz uma ciência “racionalista que se reivindica universalizante e neutra – pautada no discurso classista, sexista, racista, capacitista” (MUNIZ et al., 2020, p. 105). Assim sendo, as exigências científicas são muitas vezes “facilitadores das desigualdades [...] por desconsiderar o contexto de cada mulher e as desigualdades historicamente construídas” (BARRETTO; MONTEIRO, 2020, p. 34).

Nesse contexto, para muitas mulheres cientistas, a conciliação da vida privada com a carreira científica pode constituir, muitas vezes, um dilema constante de sobreposição de papéis na vida das mulheres (LEMOS; MELLO; GUIMARÃES, 2014), na perspectiva de que ainda persiste, na sociedade,

¹⁰ “A Taxa de participação [...] tem como objetivo medir a parcela da população em idade de trabalhar (PIT) [...] ou seja, trabalhando ou procurando trabalho e disponível para trabalhar” (IBGE, 2021, p. 2).

a divisão sexual do trabalho, que impõe às mulheres jornadas duplas ou triplas de trabalho. Além disso, a dedicação de tempo integral, exigida para o cumprimento das demandas em torno do fazer científico, representa, muitas vezes, na vida das mulheres cientistas e mães, a disponibilidade de tempo e atenção negados para estar com as(os) filhas(os). A problemática acentua-se no contexto pandêmico, no qual recai às mulheres uma sobrecarga de trabalho ainda mais pesada, pois, são elas que assumem, na grande maioria das vezes, as responsabilidades com as tarefas domésticas e de cuidado (MUÑOZ et al., 2020).

Assim, a partir da necessidade do isolamento social, as demandas do trabalho remoto, para grande parte das mulheres cientistas mães, misturaram-se com as demandas dos cuidados domésticos e das(os) filha(os), duplicando ainda mais a jornada de trabalho delas, que se viram diante da necessidade de atender a inúmeras atividades e funções em sua rotina, sem, muitas vezes, uma rede de apoio para auxiliá-las. Das mulheres docentes que responderam ao questionário, cerca de 80% afirmaram que o isolamento social impactou de alguma forma suas atividades profissionais, por exemplo, falta de concentração ou disponibilidade de tempo para se dedicarem às demandas do trabalho remoto de forma eficiente. Conforme destacam Mestre et al. (2020), os trabalhos que antes eram realizados no ambiente acadêmico, com dias e horários fixos, passaram a ser realizados nos intervalos de tempo entre os cuidados das crianças ou dos afazeres domésticos, durante a madrugada ou demais momentos propícios, dificultando a concentração, o processo de pesquisa e de escrita das pesquisadoras.

Staniscuaski et al. (2020), em um estudo que buscava investigar o impacto da pandemia na produtividade acadêmica, revelaram que a pandemia vem afetando, de forma desigual, homens e mulheres com ou sem filhas(os). Segundo o estudo, as mulheres que são mães, independentemente da raça, e as mulheres negras, são as mais afetadas com relação à produtividade e cumprimento dos prazos durante o período pandêmico do que os homens com ou sem filhas(os), independentemente raça. Ainda foi possível perceber que a idade das crianças também impacta na produtividade das mulheres, sendo que quanto menor a faixa etária das crianças, maiores os impactos. Sublinhamos, assim, que grande parte das docentes participantes da pesquisa relatou que a tarefa de conciliar as demandas do ensino remoto com a maternidade constitui-se desafiadora e difícil:

Uma loucura e um caos. Trabalho de péssima qualidade, pois temos que conciliar tudo: filho, casa, trabalho, marido e eu mesma. **(P63; 40 anos; Ciências Exatas e da Terra; 01 filha/o)**

Com muita dificuldade, pois as coisas se misturam e as demandas, tanto da maternidade como do ser profissional, ganham caráter de universidade e permanência, de permanentemente se colocarem durante todo o tempo, misturam-se. **(P72; 59 anos; Ciências Humanas; 01 filha/o)**

Com muita dificuldade, e solidão. **(P59, 37 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 02 filhas/os)**

No se vira nos 30 aproximadamente. Bem difícil com os filhos pequenos e não podendo ir à escola. Não há conciliação. Primeiro os filhos (são muito pequenos, depende de ti pra necessidades básicas) e o que sobre de tempo dedico ao meu trabalho profissional. **(P76; 34 anos; Ciências Humanas; 02 filhas/os)**

De acordo com Barretto e Monteiro (2020, p. 35), a vivência da pandemia “não impossibilitou que as demandas continuassem, elas apenas se reconfiguraram [...]. Nessa perspectiva, foi reconhecido mundialmente que as mulheres assumiram maior sobrecarga e tiveram maiores impactos”. A conjuntura social, da forma em que está organizada, faz com que as mulheres, mesmo após terem conquistado o mercado de trabalho formal, continuem “a executar o trabalho silencioso e invisível que é o trabalho doméstico, acumulando assim dupla ou tripla jornada de trabalho” (MUÑOZ et al., 2020, p. 39). Algumas pesquisadoras relataram a sobrecarga sentida diante da necessidade de tentar conciliar as demandas da maternidade e do trabalho remoto, sendo consequência da dupla ou tripla jornadas de trabalho que elas vêm desempenhando, precisando fazer turnos extras na parte noturna e nos finais de semana, conforme observado nos excertos abaixo:

Trabalhando três turno e inclusive finais de semana. **(P23; 53 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 01 filha/o)**

Usando as madrugadas para tentar concluir as atividades que não consegui realizar durante o dia. **(P15; 35 anos; Ciências da Saúde; 01 filha/o)**

Procuro ministrar as minhas aulas quando meu filho dorme. Programei o horário do sono para demais do almoço para o horário das aulas. Nem sempre funciona. O restante faço à noite enquanto ele dorme. **(P57; 45 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 01 filha/o)**

O confinamento à esfera do lar, colocou muitas mulheres diante da necessidade de conciliar as demandas domésticas, os cuidados com as(os) filhas(os) e o trabalho remoto, gerando uma sobrecarga mental, pois, “ainda que outros membros do núcleo familiar passem mais tempo em casa e, ocasionalmente, dividam as tarefas domésticas, são as mulheres as mais acometidas pela já conhecida sensação de ‘ter que dar conta de tudo’” (MESTRE et al., 2020, p. 97). Aliado a isso, as demandas da carreira científica não cessaram ou diminuíram, ou seja, as exigências de trabalho envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão, como atividades de docência, orientação de novas(os) pesquisadoras(es), participações de reuniões e eventos on-line, produção de pesquisas, continuaram e até mesmo aumentaram. Isso impacta no bem-estar tanto físico quanto mental das mulheres, interferindo ainda na produtividade acadêmica das mães pesquisadoras.

Nessa perspectiva, Barretto e Monteiro (2020, p. 33), dizem-nos que a precariedade do ensino remoto, combinada com a sobrecarga de trabalho doméstico e as demandas da maternidade ininterruptas em tempos de confinamento contribuem “para a intensificação e prolongamento da jornada de trabalho configurando uma nova temporalidade laboral com possíveis consequências à saúde das mulheres, em especial à saúde mental”. Dessa forma, nos casos em que não há, por diferentes fatores, uma redistribuição das tarefas domésticas e de cuidados com os demais membros da família, o contexto pandêmico torna a realidade cotidiana das mulheres ainda mais exaustiva.

O impacto sobre a saúde mental das mulheres, bem como a sensação de precisar e, ao mesmo tempo, não conseguir dar conta de tudo e, por isso, sentir que está falhando como mãe, profissional, mulher e dona de casa, é percebida no relato de algumas das participantes da pesquisa:

Na verdade, tento conciliar, mas é completo, difícil muitas vezes, tenho sentimento de estar falhando nos dois. **(P54; 38 anos; Ciências Humanas; 01 filha/o)**

Não concilia. Vai levando e com isso, adoce a mulher e seus filhos. **(P7; 44 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 02 filhas/os)**

Não concilio. Já chorei. Já me estressei. Já adoeci. **(P11; 45 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 02 filhas/os)**

Acho que não concilio. Me sinto mais cansada, não pelo trabalho remoto, mas por ter que dominar outras estratégias de ensino e um cronograma acadêmico reduzido, o que aumenta a sobrecarga de trabalho. **(P32; 38 anos; Ciências Humanas; 01 filha/o)**

Em uma pesquisa realizada por Borsoi e Pereira (2011), que buscou discutir como determinados aspectos da carreira acadêmica, tais como a excessiva e exaustiva jornada de trabalho, as exigências de produtividade e excelência, bem como a alta competitividade com seus pares, impactam na saúde das(os) docentes, demonstrou que as mulheres estão mais propensas que os homens a adoecerem. Segundo os autores, sentimentos como exaustão mental e emocional, além de fadiga e depressão, são mais recorrentes nas mulheres docentes, pelo fato destas estarem mais envolvidas com as demandas familiares e domésticas do que os homens, tendo, assim, jornadas de trabalho mais extensas, tanto fora quanto dentro ambiente doméstico. Em uma outra pesquisa realizada por Fabbro e Heloani (2010), sobre o trabalho acadêmico e a maternidade, demonstrou que a conciliação do trabalho docente, que, muitas vezes, estende-se para fora do ambiente universitário, com os cuidados de pessoas e o gerenciamento doméstico, pode tornar-se exaustivo para as mulheres.

Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro revelou que, na pandemia, as mulheres estão mais propensas a desenvolver problemas como ansiedade e depressão (Portal R7, 2020), em consequência da sobrecarga ocasionada no acúmulo das tarefas domésticas, cuidados das(os) filhas(os) em casa e as demandas da carreira profissional (BARRETTO; MONTEIRO,

2020). Nessa perspectiva, Macêdo (2020, p. 139) destaca que a sobrecarga de trabalho impostas às mulheres, que se tornou ainda mais exaustiva em tempos pandêmicos, é marcada por sentimentos como dor, opressão e adoecimento, principalmente diante da naturalização da posição subalterna que a mulher ocupa na sociedade e na hierarquia da estrutura familiar tradicional, que a leva à exaustão diante dos cuidados requisitados por todos os membros da família. Muitas vezes, a própria mulher internaliza, nas relações de poder vigentes na sociedade, que cabe a ela a obrigação desses afazeres, dispensando muito pouco tempo para cuidar de si mesma, descansar ou buscar meios de lazer

Segundo uma matéria disponibilizada de forma on-line no Jornal Estado de Minas (2020), em uma pesquisa conduzida pela Catho, que entrevistou cerca de sete mil mulheres, cerca de 60% das entrevistadas afirmaram que o isolamento social impactou na sua saúde mental, com consequências como a ansiedade, apontado por 79% das participantes. Ainda outros sentimentos como estresse (49,5%), cansaço mental (48%), desmotivação (44,5%) e tristeza (45%) também foram relatados, sendo que, segundo os dados do estudo, a dificuldade de conciliar as atividades do trabalho remoto com as tarefas domésticas e os cuidados com as crianças é apontada por 40,5% das participantes como uma das principais problemáticas do isolamento social. Assim, fica evidente que a sobrecarga de trabalho nas mulheres, principalmente no contexto pandêmico, pode gerar sofrimentos emocionais, pois, de acordo com Aiello-Vaisberg, Gallo-Belluzzo e Visintin (2020, p. 6):

Na condição de 24 horas de permanência domiciliar da família nuclear, a casa se torna não apenas um centro de convivência, como uma unidade no interior da qual se realizam tanto o trabalho produtivo, sob forma de home office, como o conjunto das atividades reprodutivas de alimentação, higiene corporal e repouso, que correm habitualmente sob responsabilidade da mulher-mãe

Ressaltamos que tanto a sobrecarga de trabalho, quanto as consequências desta na saúde das mulheres não são problemáticas inerentes ao contexto pandêmico, entretanto, conforme já mencionamos, com o isolamento social, a rede de apoio comumente disponível às mulheres tornou-se fragilizada, sendo necessário haver transformações e redefinições no grupo familiar ou social dessas mulheres, visando à redistribuição das tarefas de cuidados com a casa e com as crianças, para que elas não assumam de forma solitária todos esses cuidados (MUÑOZ et al., 2020). Muniz et al. (2020, p. 105) destacam que a sobrecarga de trabalho às mulheres no confinamento social “expõem o universo produzido como ‘privado’ numa sociedade que individualiza tarefas domésticas e produção de cuidado a partir de uma lógica sexista”. Na pesquisa realizada, 46% das cientistas responderam que têm uma rede de apoio que as auxilia nas atividades remotas, 29% responderam que contam parcialmente com uma rede de apoio e 25% disseram não contar com nenhuma rede de apoio para a divisão das tarefas domésticas e no cuidado das(os) filhas(os).

Com as escolas e creches fechadas e, conseqüentemente, a permanência das crianças em casa, grande parte das mulheres viu-se diante da tarefa de cuidar sozinhas dos afazeres domésticos e dos cuidados das(os) filhas(os), pois a rede de apoio comumente utilizada por elas (babas, amigas(os) ou familiares) também se limitou. Contar com uma rede de apoio para a redistribuição do trabalho doméstico e de cuidado com as crianças possibilita que as cientistas mães consigam atender as demandas do trabalho remoto, dando continuidade com suas pesquisas, aulas, projetos, orientações e demais demandas acadêmicas. A partir da produção dos dados, podemos dizer que, para grande parte das participantes da pesquisa, sua rede de apoio constitui-se no núcleo familiar, principalmente o companheiro, contudo, percebemos que, em alguns casos, essa divisão das tarefas domésticas e do cuidado pode ser realizada de forma desigual, conforme os excertos abaixo:

Parcialmente, pois somos eu e meu marido que dividimos as tarefas, mas essa divisão é desigual, onde eu faço a maior parte das coisas e ele “ajuda” em algumas. Nos dividimos mais nos momentos de aulas síncronas. **(P55; 41 anos; Ciências Biológicas; 01 filha/o)**

Meu filho está em casa sob os meus cuidados. Meu companheiro quando está em home office compartilha também o cuidado, o que ajuda bastante. Quando ele está trabalhando fica muito mais difícil. **(P81; 36 anos; Ciências Humanas; 01 filha/o)**

Eu e meu esposo, que também está em trabalho remoto, nos dividimos para ficar com nossa filha. E trabalho no turno da noite para compensar. **(P20; 35 anos; Engenharías; 01 filha/o)**

A sobrecarga das mulheres, que não se restringe somente ao contexto pandêmico, é resultado do patriarcado e sexismo estrutural, institucionalizados e naturalizados por gerações, refletidos tanto na estrutura e organização social, quanto nas relações entre homens e mulheres. Essa sobreposição de papéis e, conseqüentemente, a sobrecarga das mulheres com relação a dupla jornada de trabalho demonstram a necessidade de haver uma revisão e redefinição dos papéis de homens e mulheres no cuidado com as(os) filhas(os). Neste sentido, corroboramos com Muniz et al. (2020, p. 106), que destacam ser necessário e urgente “[...] retomar a ideia de que uma criança é responsabilidade de todos e de todas: mães, pais, avós, avós, tios e tias, dos seus e dos outros. Ou, ao menos, deveria ser, se as pessoas reconhecessem que a construção de uma sociedade coletiva, democrática, justa e igualitária”.

Apesar dos avanços conquistados até então, como a presença mais expressiva das mulheres na ciência, a carreira científica ainda se estabelece de forma inóspita às mulheres (OLINTO, 2011; SILVA, 2008). O contexto científico não reconhece e acolhe as particularidades das mulheres, como a imposição social da divisão sexual do trabalho e a vivência da maternidade, que, de alguma forma, afetam a dinâmica do trabalho acadêmico. Problematizar a experiência das mães cientistas durante a pandemia, “nos provoca a pensar sobre a realidade das mulheres-mães no cotidiano ordinário de suas vidas regulares, sobre a maternidade e suas invisibilidades em um território acadêmico que não as reconhece e não as acolhe com suas crianças” (MUNIZ et al., 2020, p. 101).

Torna-se necessário que o contexto científico reconheça as singularidades das mulheres, admitindo, por exemplo, que a maternidade é realidade na vida de muitas cientistas e que ela impacta, desacelera e até mesmo pode pausar, por um determinado período, a produção intelectual e publicações da docente (DYNIEWICZ; RIBEIRO, 2020). O Parent in Science, ao investigar o impacto da maternidade na carreira acadêmica, demonstrou que a produtividade das mulheres mães cai significativamente nos primeiros anos, quando comparada com as mulheres que não têm filhas(os). Assim, segundo Dyniewicz e Ribeiro (2020, p. 5), a maternidade “aprofunda a desigualdade, já que agora o tempo que será despendido com a criança também afetará a relação de igualdade dessa mulher com as outras que não estão, neste momento, realizando essa tarefa”, sendo necessário que a academia reconheça que, nos primeiros anos da maternidade, há uma sobrecarga na mulher, que precisa ser compreendida e acolhida.

Essa sinalização sobre as problemáticas de gênero na ciência, em especial, sobre o impacto da maternidade na carreira das mulheres, é fundamental para que mudanças possam ser pensadas e concretizadas na academia. Dentre as mudanças que já vêm ocorrendo, destacamos algumas ações e as políticas de apoio à maternidade nas universidades e instituições de pesquisa brasileiras, como, por exemplo, a Universidade Federal Fluminense, o Instituto Serrapilheira, a Universidade Federal do Pampa e a Fundação Oswaldo Cruz, que adotaram práticas de apoio à maternidade, com a inserção de itens em seus editais internos que prorrogam o tempo de análise do currículo das mulheres ou que dispõem de bônus extras na suas pontuações. Além disso, o Parent in Science lançou a campanha “maternidade no currículo lattes”, que foi aderida por muitas cientistas mães, tendo como objetivo sinalizar e justificar que uma possível queda na produção acadêmica da mulher pode estar relacionada à sua vivência com a maternidade.

Dessa forma, os movimentos acadêmicos e políticas públicas adotadas, embora importantes e necessárias, não extinguem a problemática de gênero na sociedade e na ciência, mas buscam, de alguma forma, deixar a ciência mais igualitária, para que as mulheres, que tanto já lutaram e resistiram por espaço, possam continuar produzindo o conhecimento, sem maiores restrições e impedimentos. Torna-se importante também continuar fazendo a crítica não somente da divisão sexual do trabalho, que responsabiliza de forma desigual homens e mulheres pelos cuidados de pessoas e os afazeres domésticos, mas também ao androcentrismo científico, que não reconhece as individualidades e particularidades das mulheres, especialmente com relação à maternidade. Ainda se torna importante refletir e desconstruir discursos e práticas sociais que inferiorizam às mulheres com relação aos homens, dificultando que estas estabeleçam-se no mercado de trabalho e em determinadas áreas da ciência, de forma equiparada.

REFLEXÕES (IN)CONCLUSIVAS

A pandemia que se alastrou no mundo inteiro no ano de 2020 transformou por completo a dinâmica da sociedade, modificando as estruturas familiares e as relações entre os sujeitos. Esse cenário também acentuou e evidenciou desigualdades sociais e de gênero em diversos aspectos sociais e institucionais, possibilitando a discussão sobre as desigualdades de gênero presentes na ciência, bem como a problemática acerca da divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega as mulheres em jornadas duplas ou triplas de trabalho. Com o isolamento social, a tríade mulheres-ciência-maternidade, que vem ganhando destaque nos últimos anos na academia, é ainda mais reivindicada de atenção, em consequência da sobrecarga de trabalho enfrentado pelas cientistas mães em conciliar o trabalho remoto com os cuidados domésticos e as demandas da maternidade, em grande parte das vezes, sozinhas.

A presença da mulher na ciência é fruto de lutas e resistências que perduraram ao longo de todo contexto histórico a partir de diferentes mecanismos, sendo que o ato de resistir e persistir ainda é uma constante na vida das mulheres cientistas pela busca de uma ciência mais igualitária e justa. O modelo de fazer ciência é baseado sob a ótica masculina de produzir o conhecimento, não atendendo as individualidades e particularidades das mulheres, como a experiência da maternidade. Assim, o isolamento social agravou problemáticas que já eram percebidas e sinalizadas, como a sobrecarga física e mental que as mulheres estão propensas diante da necessidade de atender as demandas impostas pelo modelo androcêntrico de produzir o conhecimento, conciliando-as com as demandas do trabalho doméstico e da maternidade.

Com relação à pesquisa realizada, a maioria das cientistas mães respondeu que a pandemia impacta de alguma forma suas atividades profissionais, relatando a sobrecarga de trabalho sentida no isolamento social, no qual, sem suas respectivas redes de apoio, intensifica-se. Destacamos o impacto sobre a saúde mental das mulheres como consequência dessa sobrecarga, que produz, como observado em alguns relatos, a sensação de incapacidade diante das inúmeras demandas de atividades relacionadas tanto a carreira, quanto aos cuidados com a vida privada. Dessa forma, a vivência da pandemia não impossibilitou que as demandas vivenciadas continuassem, elas apenas se reconfiguraram e, no isolamento social, intensificaram-se na medida que sobrecarregam as cientistas mães.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AIELLO-VAISBERG, Tânia Maria José; GALLO-BELLUZZO, Sueli Regina; VISI-NTIN, Carlos Del Negro. Maternidade e Sofrimento Social em Tempos de Covid 19: Estudo de Mommy Blogs. SciELO Preprints, 2020. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/356/version/365>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BARRETTO, Raquel Silva; MONTEIRO, Laís de Souza. Maternidade, trabalho e tem-poralidade: diálogos relevantes na Covid-19. In: SOUTO-MARCHAND, Andreia Silva de; GALVÃO, Elisandra; FERNANDEDES, Morgana. (Orgs.). Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade, volume 1: Artigos produzidos durante a Pan-demia de Covid-19 em 2020. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 26-35.

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Gender and science: An analysis of Brazilian postgraduation. Estudos de psicologia, v. 37, p. 1-12, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000101100&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. de 2021.

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; SILVA, Luciana Mourão Cerqueira e. Desen-volvimento na carreira de bolsistas produtividade: uma análise de gênero. *Arquivos bra-sileiros de psicologia*, v. 71, n. 2, p. 68-83, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BENEDITO, Fabiana de Oliveira. Intrusas: uma reflexão sobre mulheres e meninas na ciência. *Ciência e Cultura*, v. 71, n. 2, p. 06-09, abr. 2019. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; PEREIRA, Flavílio Silva. Mulheres e homens em jornadas sem limites: docência, gênero e sofrimento. *Temporalis*, v. 11, n. 21, p. p.119-145, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1380>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Mulheres são maioria na Educação Superior brasileira*. Brasília: Inep, 2018.

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206>. Acesso em: 07 out. 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Superior 2017*. Setembro 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-ultimo/file>>. Acesso: 05 mar. 2021b.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Descaminhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos Investigativos II*. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 13- 34.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2017). *Geo-capes*. Disponível em <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DYNIWICZ, Letícia; RIBEIRO, Raphaela Rocha. Igualdade em Sandra Fredman: análise de caso do edital de iniciação científica da Universidade Federal Fluminense. *Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social*, v.1, p. 1-17, 2020. Disponível em: <<https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/direitoshumanos/article/view/5149>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ESTADO DE MINAS. *Coronavírus: isolamento impacto saúde mental de 60% das mães*. 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/05/08/interna_nacional,1145623/coronavirus-isolamento-impacta-saude-mental-de-60-das-maes.shtml>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FABBRO, Márcia Regina Cangiani; HELOANI, José Roberto Montes. Mulher, maternidade e trabalho acadêmico. *Investigación y educación en enfermería*, v. 28, n. 2, p. 176- 186, 2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3260528>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; BORJA, Shirley Doveslei Bernardes; LOPES, Aline Moraes; ANDALÉCIO, Aleixina Maria Lopes. *As mulheres praticando ciência no Bra-sil*. *Estudos Feministas*, v.

24, n. 1, p. 11-30, abr. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44269>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil 2ª edição. Estudos e pesquisas, n. 38. Brasília: IBGE, 2021.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. *Cadernos pagu*, n. 27, p. 13-34, jul./dez. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32137.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

LEMOS, Ana Heloísa Costa; MELLO, Giselle Rohr; GUIMARÃES, Mayara Farias. Gerações produtivas e carreiras: o que as mulheres da geração y querem? *Revista de Administração da UFSM*, v. 7, n. 1, p. 135-152, mar. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/6280/pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. *Educação e realidade*, v. 25, n. 2, p. 59-76, Jul./dez. 2000. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/46833/29119>>. Acesso em: 23 set. 2019.

MACÊDO, Shirley. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. *NUFEN*, v. 12, n. 2, p. 187-204, ago. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000200012>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MALTA, Deborah Carvalho et al. A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, n. 4, p. 1-17, set. 2020. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000400025&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MESTRE, Simone de Oliveira; LOVATO, Isis Maris; LOPES, Ariane Gontijo; AZE-REDO, Emmanuelle Pereira Brandt de. Maternidade e produção acadêmica na quarentena: experiências e reflexões de mães sociólogas. In: SOUTO-MARCHAND, Andreia Silva de; GALVÃO, Elisandra; FERNANDEDES, Morgana. (Orgs.). *Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade*, volume 1: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 87-99.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. SOARES, Rosângela de Fátima. Modos de ver e de se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. In: COSTA, Marisa Cristina Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (Orgs.). *Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, v. 1, p. 23-44.

MUNIZ, Adriana Werneck Russo; DIAS, Francine de Souza; BASTOS, Karine Oliveira; PORTO, Roberta de Mendonça. Será mesmo sobre a pandemia? Caminhos possíveis para mães pesquisadoras. In: SOUTO-MARCHAND, Andreia Silva de; GALVÃO, Elisandra; FERNANDEDES, Morgana. (Orgs.). *Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade*, volume 1: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 36-47.

MUÑOZ, Patricia de Oliveira Lima; SANCHES, Camila; BASTOS, Patricia Diuncanse; VEDOVATO, Marina Milhassi; DELLANHESE, Amanda P. F. Os desafios do isolamento social para mães de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento. In: SOUTO-MARCHAND, Andreia Silva de; GALVÃO, Elisandra; FERNANDEDES, Morgana. (Orgs.). *Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da*

maternidade, volume 1: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 36-47.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch. Prefácio. In: SOUTO-MARCHAND, Andreia Silva de; GALVÃO, Elisandra; FERNANDEDES, Morgana. (Orgs.). Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade, volume 1: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 11-13.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de covid-19. Tamoios, n. 1, p. 154-166, mai. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50448>. Acesso em: 17 fev. 2021.

PRADO, Renata Muniz; FLEITH, Denise de Souza. Pesquisadoras brasileiras: conciliando talento, ciência e família. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 64, n. 2, p. 19-34, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2290/229023851003.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

PANDEMIA de Covid-19 faz dobrar casos de ansiedade, diz pesquisa. Portal R7, 07 maio. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/saude/pandemia-de-covid-19-faz-dobrar-casos-de-ansiedade-diz-pesquisa-09052020>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SCHIEBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência?. São Paulo: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 22 set. 2019.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. A (in)visibilidade das mulheres no campo científico. Travessias, v. 2, n. 2, p.1-20, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3026>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SILVA, Fabiane Ferreira da. Mulheres na ciência: Vozes, tempos, lugares e trajetórias. 147 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2012. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/5028>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. Ciência e Educação, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=251031473012>. Acesso em: 26 nov. 2019.

SOARES, Cristiane Barbosa; SILVA, Fabiane Ferreira da. Raça e Gênero no corpo do-cente da Universidade Federal do Pampa. Cadernos de gênero e diversidade, v. 5, n. 3, jul./set., 2019 Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/22275>. Acesso em: 14 fev. 2020.

STANISCUASKI, Fernanda et al. Gender, race and parenthood impact academic productivity during the COVID-19 pandemic: from survey to action. BioRxiv, jul. 2020. Disponível em: <https://www.biorxiv.org/content/10.1101/2020.07.04.187583v1>. Acesso em: 21 mar. 2021.

WOLFF, Cristina Scheibe; MINELLA, Luzinete Simões; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Pandemia na necroeconomia neoliberal. Estudos Feministas, v. 28, n. 2, p. 1-7, jun. 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000200100&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 mar. 2021.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, v. 5 n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011. Disponível em <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

Autora 1 –Autora da dissertação de mestrado, coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.
Autor 2 –Orientadora da Pesquisa de mestrado, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

As autoras declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.